



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

# RESOLUÇÃO Nº 721

*Institui o Código de Ética de Auditoria Interna deste Tribunal Regional Eleitoral, e dá outras providências.*

O Excelentíssimo Senhor Presidente deste **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso da competência prevista no art. 22, inciso LI, da Resolução nº 170/1997 – Regimento Interno, bem como a teor dos elementos constantes do Processo Administrativo SEI nº 5349-03.2020.6.12.8000 e, ainda,

*Considerando* que a Resolução CNJ nº 309, de 11.3.2020, ao aprovar as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud, estabeleceu a necessidade de cada Tribunal aprovar o Código de Ética da Unidade de Auditoria Interna, a ser observado pelos servidores que atuarem na referida unidade,

**R E S O L V E** *ad referendum* do Pleno:

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Aprovar o Código de Ética de Auditoria Interna deste Tribunal Regional Eleitoral, a ser observado pelos servidores que prestam serviços de auditoria.

Parágrafo único. O disposto neste Código se aplica, no que couber, a todo aquele que, mesmo lotado em outra unidade administrativa deste Tribunal Regional ou pertencente a outra instituição, preste serviço ou desenvolva qualquer atividade de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, junto à Unidade de Auditoria Interna deste Tribunal Regional.

**Art. 2º** O auditor interno, denominação atribuída ao servidor no desempenho das atividades de auditoria interna, deverá atuar em conformidade com os princípios e com os requisitos éticos estabelecidos neste Código, não excluída a observância aos demais normativos e ao Código de Ética, instituído no âmbito deste Tribunal Regional pela Resolução nº 690/2020, que institui regras, deveres e vedações a que estão sujeitos todos os seus servidores.

## CAPÍTULO II

### DOS PRINCÍPIOS E REQUISITOS ÉTICOS

#### Seção I

## **Dos Princípios**

**Art. 3º** A atividade de auditoria interna se pautará nos seguintes princípios:

- I – integridade;
- II – proficiência e zelo profissional;
- III – autonomia técnica e objetividade;
- IV – respeito e idoneidade;
- V – aderência às normas legais;
- VI – atuação objetiva e isenta;
- VII – confidencialidade;
- VIII – honestidade.

## **Seção II**

### **Dos Deveres**

**Art. 4º** O auditor interno deve servir ao interesse público e honrar a confiança pública, executando seus trabalhos com honestidade, diligência e responsabilidade, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais.

**Art. 5º** O auditor interno deve atuar de forma imparcial, isenta e equilibrada, evitando quaisquer condutas que possam comprometer a confiança em relação ao seu trabalho, evitando situações de conflito de interesses ou quaisquer outras que afetem a objetividade do seu julgamento profissional.

**Art. 6º** A conduta do auditor interno deve ser idônea, íntegra e irreparável quando necessário lidar com pressões ou situações que possam ameaçar a observância dos princípios éticos que norteiam seu trabalho.

**Art. 7º** O auditor interno deve se comportar com cortesia e respeito no trato com as pessoas, abstendo-se de emitir juízo ou de adotar práticas que indiquem qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

**Art. 8º** O auditor interno deve conduzir os trabalhos com zelo, atuar com prudência, manter postura de ceticismo profissional, agir com atenção e demonstrar diligência e responsabilidade no desempenho das tarefas a ele atribuídas.

Parágrafo único. O zelo profissional se aplica a todas as etapas dos trabalhos de auditoria.

**Art. 9º** O auditor interno deve, ainda:

- I – atuar com objetividade profissional na coleta, avaliação e comunicação de informações acerca da atividade ou do processo em exame;
- II – agir com diligência e responsabilidade no uso e na proteção das informações obtidas no desempenho de suas atividades, evitando a divulgação sem a devida autorização, à exceção das hipóteses em que haja obrigação legal;
- III – comprometer-se somente com serviços para os quais possuam os necessários conhecimentos, habilidades e experiência;
- IV – buscar o aprimoramento profissional continuamente.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS VEDAÇÕES**

**Art. 10.** É vedado ao auditor interno participar de atividade que possa caracterizar conflito de interesses, evitando criar situação de confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública e os trabalhos de auditoria.

**Art. 11.** O auditor interno deve abster-se de avaliar operações pelas quais foi anteriormente responsável, salvo se já houver decorrido o prazo de doze meses contados do término de sua atuação.

**Art. 12.** O auditor interno deve abster-se de participar, diretamente, na elaboração de normativos internos que estabeleçam atribuições e disciplinamento das atividades operacionais das demais unidades deste Tribunal Regional.

**Art. 13.** O auditor interno não deve participar de qualquer atividade que possa prejudicar a sua atuação imparcial.

Parágrafo único. Excetua-se à regra do caput, a participação em forças-tarefa específicas, desde que se abstenha de auditar a atividade da qual fez parte.

**Art. 14.** É vedado, ainda, ao auditor interno praticar as seguintes condutas:

I – manter qualquer conduta tendenciosa ao preconceito ou preconceituosa em relação ao objeto em exame;

II – submeter-se voluntariamente a ordens de dirigentes ou de chefes de outras unidades que tentem inibir a sua liberdade de ação ou de julgamento ou, ainda, determinar seu modo de agir;

III – distorcer fatos ou situações com o objetivo de prejudicar pessoas, menosprezar o trabalho alheio ou o próprio, bem como supervalorizar seu trabalho perante superiores hierárquicos ou colegas;

IV – utilizar de sua função para obter vantagens ou facilidades no trabalho e/ou fora dele;

V – fazer comentários que possam denegrir pessoas ou violar privacidade alheia;

VI – deixar de relatar ou dissimular irregularidades, informações ou dados incorretos que estejam contidos nos registros, papéis de trabalho e nas demonstrações contábeis ou gerenciais;

VII – desprezar ou negligenciar desvios, fraudes, omissões ou desvirtuamento dos preceitos legais, ou das normas e dos procedimentos do Tribunal;

VIII – solicitar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie com o objetivo de influenciar o seu julgamento ou interferir na atividade de outro servidor;

IX – utilizar informações obtidas em decorrência dos trabalhos de auditoria em benefício de interesses pessoais, de terceiros ou de qualquer outra forma que seja contrária à lei, em detrimento dos objetivos da organização;

X – realizar o trabalho de auditoria, caso tenha interesse próprio e possa ser influenciado na formação de julgamentos;

XI – divulgar informações relativas aos trabalhos desenvolvidos ou a serem realizados, repassando-as a terceiros sem prévia anuência do Pleno deste Tribunal Regional.

## CAPÍTULO IV

### DOS IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES

**Art. 15.** O auditor interno deve declarar seu impedimento nas situações que possam afetar o seu julgamento, o desempenho das suas atribuições ou oferecer risco para a objetividade dos trabalhos de auditoria.

Parágrafo único. Quando houver dúvida sobre situação específica que possa ferir a objetividade dos trabalhos ou a ética profissional, o auditor interno deve buscar orientação junto ao titular da unidade de auditoria interna ou junto à Comissão de Ética.

## CAPÍTULO V

### DOS DIREITOS E GARANTIAS

**Art. 16.** Aos auditores internos, mesmo que designados temporariamente, é assegurado o direito a:

I – trabalhar em ambiente adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica;

II – participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao seu desenvolvimento profissional, de modo a suprimir as lacunas de conhecimento necessário aos trabalhos de auditoria;

III – estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões.

**Art. 17.** Será garantido aos membros da equipe de auditoria, no desempenho de suas atividades:

I – canal permanente de comunicação com a alta administração, que permita que esta aja corretivamente, de forma apropriada e tempestiva, em resposta às recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria interna;

II – livre ingresso às unidades orgânicas deste Tribunal Regional;

III – acesso completo, livre e irrestrito a todo e qualquer documento, registro ou informações, em todo e qualquer meio, suporte ou formato disponível, inclusive em banco de dados;

IV – utilização de recursos tecnológicos e sistemas informatizados disponíveis, visando eliminar, na medida do possível, a impressão de documentos e o trâmite de papéis, conferindo maior segurança na gestão de informações, acessibilidade compartilhada, simultânea e remota.

**Art. 18.** Ao auditor interno será garantido, ainda, o recebimento de todas as informações sobre os fatos materiais relativos ao trabalho de auditoria que, caso não divulgadas, possam distorcer os resultados.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 19.** O servidor lotado na Unidade de Auditoria Interna ou que tenha sido deslocado de outra unidade deste Tribunal Regional para desempenhar atividade de auditoria interna, mesmo que temporariamente, que infringir qualquer regra de conduta listada neste Código de Ética, será encaminhado à autoridade competente para que seja instaurado, de ofício ou a requerimento, processo ético apuratório, no qual lhe será assegurado o pleno direito ao contraditório e ampla defesa.

**Art. 20.** Para fins de aplicação desta norma, são considerados e adotados os conceitos e definições constantes no Anexo I desta resolução(Glossário).

**Art. 21.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 22.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete da Presidência deste Tribunal Regional Eleitoral.**

**Em Campo Grande, MS, aos 28 de janeiro de 2021.**

Des. JOÃO MARIA LÓS

*Presidente*

## **ANEXO I – GLOSSÁRIO**

**Auditoria interna** – atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria com o objetivo de agregar valor às operações da organização, de modo a auxiliar na concretização dos objetivos institucionais, mediante avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

**Avaliação (assurance)** – exame objetivo da evidência obtida pelo auditor interno com o propósito de fornecer opinião ou conclusões independentes a respeito de operação, função, processo, projeto, sistema, processos de governança, gerenciamento de riscos, controles internos administrativos ou outro ponto importante.

**Conflito de interesses** – situação na qual um auditor interno, que esteja em uma posição de confiança, tenha um interesse profissional ou pessoal conflitante. Tais interesses conflitantes podem tornar-lhe difícil de executar suas funções com imparcialidade, pois:

– um conflito de interesses existe mesmo que não se resulte em nenhum ato antiético ou impróprio;

– um conflito de interesses pode criar uma aparência de impropriedade que pode abalar a confiança no auditor interno, na atividade de auditoria interna e na profissão;

– um conflito de interesses pode prejudicar a habilidade do indivíduo de executar suas funções e responsabilidades objetivamente (IPPF, 1120).

**Consultoria** – atividade de aconselhamento, assessoria, treinamento e serviços relacionados, cuja natureza, prazo e escopo são acordados com o solicitante, devendo abordar assuntos estratégicos da gestão, e se destina a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos, sem que o auditor interno pratique nenhuma atividade que se configure como ato de gestão.

**Ética** – *indica a soma de deveres, que estabelece a norma de conduta do profissional no desempenho de suas atividades e em suas relações com o cliente e todas as demais pessoas com quem possa ter trato. Assim, estabelece a pauta de suas ações em todo e qualquer terreno, onde quer que venha a exercer a sua profissão* (SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico, 1998. 15ª edição, 3ª tiragem. RJ: Forense).

**Princípio da aderência às normas legais** – vide princípio da integridade. Segunda regra de conduta dos auditores internos, contida no princípio da integridade: *Devem observar a lei e fazer as divulgações esperadas pela legislação e pela profissão* (IIA – Brasil – Norma de Implantação – Código de Ética – Princípio 2: objetividade).

**Princípio da autonomia técnica e objetividade** – os auditores internos exibem o mais alto grau de objetividade profissional na coleta, avaliação e comunicação de informações sobre a atividade ou processo examinado.

Os auditores internos efetuam uma avaliação equilibrada de todas as circunstâncias relevantes e não são indevidamente influenciados pelos interesses próprios ou de terceiros na formulação dos julgamentos. Regras de Conduta dos Auditores Internos:

1 – Não devem participar de qualquer atividade ou relacionamento que possa prejudicar ou que presumidamente prejudicaria sua avaliação imparcial. Esta participação inclui aquelas atividades ou relacionamentos que possam estar em conflito com os interesses da organização.

2 – Não devem aceitar qualquer coisa que possa prejudicar ou que presumidamente prejudicaria seu julgamento profissional.

3 – Devem divulgar todos os fatos materiais de seu conhecimento que, caso não sejam divulgados, possam distorcer o reporte sobre as atividades sob revisão (IIA – Brasil – Norma de Implantação – Código de Ética – Princípio 2: objetividade).

**Princípio da atuação objetiva e isenta** – vide princípio da objetividade. Primeira regra de conduta dos auditores internos, contida no princípio da objetividade: *Não devem participar de qualquer*

*atividade ou relacionamento que possa prejudicar ou que presumidamente prejudicaria sua avaliação imparcial.* (IIA – Brasil – Norma de Implantação – Código de Ética – Princípio 2: objetividade).

**Princípio da confidencialidade** – os auditores internos respeitam o valor e a propriedade das informações que recebem e não divulgam informações sem a autorização apropriada, a não ser em caso de obrigação legal ou profissional de assim procederem.

Regras de conduta dos auditores internos:

1 – Devem ser prudentes no uso e proteção das informações obtidas no curso de suas funções.

2 – Não devem utilizar informações para qualquer vantagem pessoal ou de qualquer outra maneira contrária à lei ou em detrimento dos objetivos legítimos e éticos da organização (IIA – Brasil – Norma de Implantação – Código de Ética – Princípio 3: confidencialidade).

**Princípio da honestidade** – vide princípio da integridade. Primeira regra de conduta dos auditores internos, contida no princípio da integridade: *Devem executar seus trabalhos com honestidade, diligência e responsabilidade.* (IIA – Brasil – Norma de Implantação – Código de Ética – Princípio 1: integridade).

**Princípio da integridade** – A integridade dos auditores internos estabelece crédito e desta forma fornece a base para a confiabilidade atribuída a seus julgamentos.

Regras de Conduta dos auditores internos:

1 – Devem executar seus trabalhos com honestidade, diligência e responsabilidade.

2 – Devem observar a lei e fazer as divulgações esperadas pela legislação e pela profissão.

3 – Não devem conscientemente fazer parte de qualquer atividade ilegal ou se envolver em atos impróprios para a profissão de auditoria interna ou para a organização.

4 – Devem respeitar e contribuir para os objetivos legítimos e éticos da organização (IIA – Brasil – Norma de Implantação – Código de Ética – Princípio 1: integridade).

**Princípio da proficiência e do zelo profissional** – realizar trabalhos com proficiência e zelo profissional devido é responsabilidade de cada auditor interno.

Em geral, os auditores internos desenvolvem a proficiência por meio da educação, experiência, oportunidades de desenvolvimento profissional e qualificações.

O zelo profissional devido dos auditores internos pode ser evidenciado nos papéis de trabalho ou em outra documentação dos procedimentos e processos usados durante o trabalho de auditoria.

Auditores internos devem empregar o zelo e as habilidades esperados de um auditor interno razoavelmente prudente e competente (IIA – Norma de Implantação nº 1220 – Proficiência e Zelo Profissional Devido).

O zelo profissional devido não implica infalibilidade (IIA – Norma de Implantação nº 1220 – Zelo Profissional Devido).

**Princípio do respeito, integridade e idoneidade** – vide princípio da Integridade. Terceira e quarta regras de conduta dos auditores internos, contida no princípio da integridade:

3. *Não devem conscientemente fazer parte de qualquer atividade ilegal ou se envolver em atos impróprios para a profissão de auditoria interna ou para a organização, e*

4. *Devem respeitar e contribuir para os objetivos legítimos e éticos da organização* (IIA – Brasil – Norma de Implantação – Código de Ética – Princípio 1: integridade).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0984779** e o código CRC **13725634**.

0005349-03.2020.6.12.8000

0984779v4